

# PESQUISAS

## **CAMINHOS DE PESQUISA: A GUINÉ-BISSAU E O BOLETIM CULTURAL DA GUINÉ PORTUGUESA (1946-1973)**

FÁTIMA CRISTINA LEISTER\*

A Guiné-Bissau é um país da costa oeste africana cuja extensão territorial varia, pois a parte litorânea é regularmente inundada pelas marés que avançam até 40 quilômetros para o interior. Por conta desse fenômeno natural diz-se que a Guiné-Bissau possui 36.125 km<sup>2</sup> na maré baixa e 28.000 km<sup>2</sup> na maré alta. A região costeira é recortada por braços de mar que a distingue do relevo essencialmente plano da região do interior, de poucas altitudes, não ultrapassando os 300 metros nos planaltos de Bafatá e Gabu. A faixa de florestas, incluídas as matas de Oio, Catanhez, Cabedu e de Cacine, acompanha o limite máximo das marés. Em direção ao litoral este cenário dá lugar a amplas planícies com muitas palmeiras e valas lodosas cercadas pelos manguezais.

De meados do século XV até o início da década de 1970, a Guiné-Bissau foi colonizada pelos portugueses, os quais conviveram com mundos cuja diversidade cultural esteve aquém de sua compreensão. A maioria dos povos guineenses estava estabelecida naquela região desde tempos imemoriais. Distribuíam-se entre vários grupos linguísticos, com características marcadamente diferenciadas, porém, apesar dessa multiplicidade, apresentavam alguns aspectos em comum como, por exemplo, a importância da música na vida cotidiana e uma cosmogonia singular. Não se achavam organizados

“segundo formas tradicionais de realeza, constituindo antes clãs independentes ou tributários”.<sup>1</sup> Tal miríade de estruturas foram, certamente, obstáculos à ocupação e à exploração dos espaços, notadamente para um “império” que perdeu poderio ao longo do tempo e que passou a depender de suas colônias africanas, especialmente após a perda do Brasil.

Em razão desse colonialismo, a Guiné-Bissau, assim como São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Angola e Moçambique, compõe o que hoje se conhece como *PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa)*. Desde sua emancipação, em 1974, a Guiné-Bissau vem enfrentando situações adversas que têm inviabilizado estudos a partir de seus próprios filhos, os quais, por questões políticas ou financeiras, deixam o país em diásporas contemporâneas, ainda pouco conhecidas. Essa migração não possibilita que a Guiné-Bissau seja revelada pelos conhecedores vivos de suas riquezas e desafios.

Estudiosos de outras nacionalidades, por sua vez, não têm sido tentados a dirigir olhares para aquele pequeno território oeste-africano. Talvez isso decorra de questões conjunturais que inferiorizaram a Guiné Bissau ao longo do tempo ou, quem sabe, de sua contínua instabilidade político-institucional dificulte pesquisas de campo na região. A pouca visibilidade estratégica que sempre a acompanhou ainda persiste de modo a não estimular dinâmicas de pesquisas acadêmicas. A Guiné-Bissau e a Guiné “Portuguesa” foram praticamente apagadas dos discursos históricos do passado e continuam pouco lembradas pelos historiadores no presente.

É possível que estas questões expliquem o quão pouco se sabe sobre a Guiné-Bissau, porém reflexões acerca dos entrelaçamentos que a unem ao Brasil possam estimular outras aproximações. Durante o tráfico negreiro, por exemplo, a região da Guiné forneceu escravos cujo destino, entre outros, foram os portos brasileiros de Belém e São Luís. Este comércio não se prolongou por muito tempo, pois perdeu a primazia para o litoral da Baía de Benin. O Brasil reconheceu a independência da Guiné-Bissau em setembro de 1973, oficialmente em julho de 1974, antes mesmo da “aceitação” dos portugueses.<sup>2</sup> Paulo Freire,<sup>3</sup> educador brasileiro que introduziu novos métodos pedagógicos para a alfabetização, esteve na Guiné-Bissau, em 1977, prestando consultoria para o projeto de reforma educacional durante o primeiro governo.<sup>4</sup> Rogério Andrade

Barbosa,<sup>5</sup> professor e escritor brasileiro, ex-voluntário das Nações Unidas na Guiné-Bissau, também ali lecionou nos primeiros anos após sua independência e, hoje, é um premiado *recontador* de histórias africanas.

Alguns poucos brasileiros dedicaram estudos à Guiné-Bissau. O antropólogo e professor Wilson Trajano Filho, nos anos de 1987-88 e 1992, realizou pesquisas de campo, que resultaram em artigos divulgados na *Série Antropológica*.<sup>6</sup> A professora e socióloga Dilma de Melo Silva viveu na Guiné-Bissau entre os anos de 1978 e 1984. Escreveu *Por entre as Dórcades Encantadas: os Bijagó da Guiné-Bissau*,<sup>7</sup> um olhar, certamente único, sobre um povo praticamente desconhecido no Brasil.

Moema Parente Augel,<sup>8</sup> que também viveu na Guiné-Bissau entre 1992 e 1998, tem estudado, entre outros temas, a literatura daquele país. *O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na Guiné-Bissau*,<sup>9</sup> revelou que “com seu mosaico étnico e conseqüente multiplicidade cultural, (a Guiné-Bissau) é um espaço onde naturalmente muitas identidades convivem e se entrelaçam”.<sup>10</sup> Porém, isto não expressa a constituição de uma unidade ou uma identidade nacional, ao contrário, a Guiné-Bissau vive um contínuo processo de buscar-se.

Apesar destas referências, as quais não esgotam o que há publicado no Brasil sobre a Guiné-Bissau, existe muito a ser estudado sobre este país e, por que não dizer, sobre o continente africano como um todo. Na verdade, enveredar sobre *as Áfricas* - cabe aqui a forma plural, pois há muito mais *Áfricas* do que as frágeis divisões geopolíticas pretensamente representam - é um desafio e um risco, principalmente por conta de suas particularidades, tais como a oralidade. Para dialogar com culturas africanas, o estudioso precisa “saber esquecer seu próprio mundo, do contrário [...] estará simplesmente transportando seu mundo consigo ao invés de manter-se *à escuta*”.<sup>11</sup>

De acordo com o escritor português Mário Beja Santos (2008), são exíguos os relatos sobre a Guiné dos tempos coloniais. Até 1936 são compostos por parcos testemunhos como os clássicos de André Álvares de Almada - *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde*<sup>12</sup> - e Senna Barcellos - *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*.<sup>13</sup> Além destes trabalhos, os relatórios de governadores e comandantes de campanha, bem como outros documentos oficiais, compuseram a “historiografia” até 1938 quando João

Barreto publicou *História da Guiné, 1418-1918*.<sup>14</sup> Somente em 1954 surgiu a *Guiné Portuguesa*,<sup>15</sup> de Avelino Teixeira da Mota, que também permaneceu “única” até o historiador francês René Pélissier, na década de 1980, apresentar a *História da Guiné - Portugueses e Africanos na Senegâmbia, 1841-1936*.<sup>16</sup>

Afortunadamente, dentre os sítios da internet, encontra-se disponível a página do *Projeto Memória de África e do Oriente*.<sup>17</sup> Coordenado pela *Fundação Portugal-África*,<sup>18</sup> este projeto, iniciado em 1997, vem recolhendo, tratando e disponibilizando no formato digital, grande quantidade de registros (periódicos, fotografias, documentos oficiais, livros didáticos, etc.), dispersos entre os centros de documentação dos países lusófonos. Entre eles destaca-se o *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa (BCGP)*, revista criada em 1945 e que no ano seguinte passou a circular sob a supervisão do *Centro de Estudos da Guiné Portuguesa*. Esta instituição, surgida em Bissau nesse mesmo ano, tinha por finalidade promover a colônia e disseminar “cultura e informação”. O *Boletim Cultural*, portanto, era o instrumento concreto dos objetivos do *Centro de Estudos* e suas 110 edições, publicadas entre 1946 a 1973, estão integralmente digitalizadas e disponíveis para consulta.

A criação desse periódico fez parte de um projeto político-ideológico, articulado pelo regime autoritário salazarista, em face dos fortes movimentos contra o colonialismo no pós-2ª guerra. Eram evidentes o atraso e a servidão existentes por todo “império ultramarino português” e, assim, buscando minimizar essa imagem negativa perpetrada no cenário internacional, Portugal reformulou sua política colonial. Dentre outras medidas, a presença portuguesa maquiou-se sob uma “ocupação científica”, as colônias passaram a ser referidas como províncias e compor o Estado português e as populações autóctones passaram a fazer parte da nação portuguesa. Teoricamente, pois, na prática, a distância entre metropolitanos e os “outros” continuava, praticamente, intransponível.

Concretamente, a atuação portuguesa proporcionou a criação, nas colônias, de instituições de pesquisa fomentadoras de missões e trabalhos de cunho técnico-científico, como o *Centro de Estudos da Guiné Portuguesa* e o *Boletim Cultural*. Nessa medida, o desígnio político, a identidade nacional e o campo científico passaram a manter estreita relação e o conhecimento produzido a

partir das colônias expressa o compromisso entre a ciência e o campo político. Isto não inviabiliza, no entanto, que se proceda a estudos a partir dos registros elaborados sob tal orientação.

Grande parte da produção literária contida no *Boletim Cultural* é fruto da reflexão e da escrita de funcionários da administração colonial portuguesa e de estudiosos da elite metropolitana. Cabe ressaltar que enquanto na capital metropolitana os estudos antropológicos engatinhavam e voltavam-se aos aspectos somáticos das populações investigadas, na Guiné eram estreitados os laços com os pesquisadores das regiões vizinhas. Na década de 1940 o *Centro de Estudos* aproximou-se de outras instituições, tais como o *International African Institute*, da Grã-Bretanha e, especialmente, o *Institute Français de l'Afrique Noire* (IFAN),<sup>19</sup> com sede em Dakar.

O intercâmbio que o *Centro de Estudos* mantinha com os intelectuais do IFAN, era intenso e contrastava com o distanciamento das instituições de pesquisa colonial da metrópole. Em meados do século XX, por todo ocidente africano, tanto no ultramar francês quanto no inglês, multiplicavam-se “quadros administrativos, técnicos, cientistas, intelectuais, que procuravam um novo rumo para a investigação científica e para as ciências auxiliares da governação ultramarina”.<sup>20</sup> As pesquisas de campo buscavam detalhar modos de vida, costumes e, principalmente, as diversas línguas faladas pelos povos locais.

Os estudos antropológicos na metrópole, na década de 1940, ainda estavam pautados na observação de aspectos somáticos e físicos, com medições e enquadramentos biológicos obtidos por amostragens aleatórias. É possível compreender a existência de embates em torno dos referenciais teóricos adotados em Lisboa e em Bissau, o que não impediu as iniciativas “inovadoras” na colônia. Aqui, entendia-se como “científica” a pesquisa direta, efetuada por investigadores que vivenciassem a experiência do cotidiano em comunidades locais.

Para oferecer um tom “científico” ao *Boletim Cultural*, foram estabelecidas “regras de publicação”. Os manuscritos encaminhados deveriam ter caráter histórico, abordando fatos sobre o domínio português na região da Senegâmbia, cunho científico, no sentido do estudo sistemático da Colônia e

seus meios físico, biológico e humano, particularmente a etnografia, ou cunho literário e artístico, notadamente na recolha da literatura oral.

O *Boletim Cultural* foi criado para ser uma revista colonial e, como tal, além das orientações básicas, foi atribuída preferência a trabalhos oriundos de observações diretas pela convivência com os povos autóctones. Assim, os manuscritos encaminhados para publicação deveriam ser produto de “pesquisas de campo”, a fim de serem evitadas distorções ou criatividades. Buscava-se a novidade e originalidade, porém, de forma subjacente, apreender culturas para integrá-las ao projeto estadonovista.

Os colaboradores do *Boletim Cultural* tinham formação diversificada. Eram engenheiros, agrônomos, médicos, oficiais da marinha, sacerdotes católicos, alguns egressos da Escola Superior Colonial com múltiplas ocupações e áreas de interesse. Além de artigos etnográficos foram abordados temas variados, tais como geografia física e humana, economia e administração, direito comum e particular dos diversos povos, demografia, botânica, zoologia, parasitologia, medicina tropical, matemática, engenharia civil (pavimentos e construções de moradias), entre outros.

Dos trabalhos voltados à literatura há dois tipos específicos publicados através do *Boletim Cultural* ao longo dos anos: os contos recolhidos da tradição oral e os “contos de ficção”. Os primeiros pretendiam traduzir para a forma escrita o que fora apreendido no contato direto com os povos locais. Os “contos de ficção” são, em grande medida, resultado de prêmios de incentivo concedidos pelo *Centro Cultural*. Nesta categoria destacam-se autores como Fernando Rodrigues Barragão, Alexandre Barbosa, Francisco Valoura e Egídio Álvaro.

Apesar de estarem permeados de marcas preconceituosas, os “contos de ficção” trazem registros sobre atividades e práticas locais. Egídio Álvaro, por exemplo, descreve a região de Gabú-Sara, pequeno entreposto comercial no interior da colônia. Abordando um núcleo populacional tão hierarquizado quanto diverso, encimado pela presença militar, Egídio Álvaro acompanha cipaios,<sup>21</sup> que contam com a parceria de povos Fula e Mandinga:

Pequena vila do interior da Guiné, sem divertimentos, sem variações, eternamente entregue ao mesmo ciclo de compra e venda, de mancarra e

panos, de fartura e fome, de batuques e trabalho. Limite entre o Sul luxuriante e a fronteira leste ameaçando as secas e o deserto, meio termo entre a floresta de dois andares e lamaçais constantes e as extensões áridas, a lama gretada, as árvores retorcidas e secas pelo Sol e pelas queimadas, pequena, laboriosa vila, sentinela vigilante num posto avançado, ignorando se para trás ainda se encontra alguém.<sup>22</sup>

Em meio a extremos climáticos, os “batuques e o trabalho” denotam uma mescla cultural significativa. Os interesses comerciais promoveram parcerias com povos locais, embora a presença de cipaio expresse a fragilidade da autoridade colonial: Portugal não dispunha de contingente militar suficiente para garantir seus domínios ultramarinos. Apesar de certa calma social, os movimentos de resistência ocorridos nas primeiras décadas do século XX ainda eram lembrados, razão pela qual a presença militar era imprescindível.

A maioria negra convivia com uma “nova elite” comercial branca e as relações de poder estavam bem marcadas:

Soldados conversam, ociosidade controlada aguardando o regresso ao lar - tantas vezes brutal desilusão, mas sempre quimera doce enquanto é longe e inatingível - vivendo de cartas e cigarros, de conversas pouco variadas, de problemas sempre iguais e desinteressantes. Na Administração os cipaio aguardam nem eles sabem o quê, sentados na escadaria. Fulas e mandingas esperam também, acorados [...] Comerciantes avançam, proa branca rompendo entre as ondas negras. [...] O comerciante é a aristocracia da terra, o militar, é, quase, o poder e, pelo menos a força. Benévola, sem dúvida [...] Chegam em pequenos intervalos, as autoridades maiores, os dois pólos em torno de quem giram as esferas do futuro. Administrador e Capitão. Ambos trazem séquito. Assim é preciso. Assim convém. Soldados e cipaio fazem continências [...] Há pequenas mas ferozes escaramuças pela conquista de lugares.<sup>23</sup>

No conto *No escuro da noite*, o mesmo autor traz a descrição de uma festa com suas danças e tambores, os quais introduzem lutas que se prolongam por toda a noite. Evidenciam-se, neste trabalho, representações em que a música e a dança falam através dos corpos. O ritmo, os instrumentos, o canto conduzem as vidas locais e estabelecem conexões entre o visível e o invisível:

Saem para a estrada os primeiros rapazes. Oscilam ritmicamente o corpo, dançam, sempre de maneira semelhante, sozinhos, rostos esculpidos em

pau-sangue, suor escorrendo pelo corpo, pés saltando de tal maneira que o avanço é também recuo, e lateralização, e corrida, e marcha. Os tocadores, sentindo a proximidade de uma *tabanca*,<sup>24</sup> alegram o ritmo. O homem do tambor médio tem um apito na boca e, com ele, aproveitando espaços mortos, cria violência, fulgor e força. [...]Seguem atrás as *bajudas*<sup>25</sup> com seus vestidos vistosos, contrastando com seus corpos negros. A espaços entoam um canto monocórdico, sempre o mesmo. Não riem. Não se desviam do seu caminho para olhar. Não conversam. Estão completamente embebidas no ritual.<sup>26</sup>

“Soldados passeiam, conversando com as raparigas, indiferentes à diferença de línguas, ao crioulo mal assimilado”,<sup>27</sup> demonstrando, também, que após séculos da presença portuguesa as populações locais preservaram seus falares. A partir dos rituais, ricamente descritos pelo autor, o qual, com certa admiração, descreve como a comunicação entre as comunidades próximas estabelecia-se e renovava-se:

À medida que os lutadores vão chegando com seus tambores, os seus séquitos, os seus coros e os seus corpos musculados e harmoniosos, aumenta o barulho e nasce a animação. Outros grupos vão chegando. Trazem as marimbas, corás e pequenos tambores que esticam com cordas, debaixo do braço. Mulheres velhas rodeiam-nos batendo palmas e cantando.<sup>28</sup>

Por séculos a Guiné *Portuguesa* foi um apêndice desconhecido no mundo ultramarino português, na mesma medida em que a Guiné-Bissau, dos dias atuais, só é revelada através de aspectos negativos: conflitos políticos, ilegalidades, doenças, entre outros. Sem grande importância econômica, foi ali, no entanto, que a expansão europeia praticamente teve seu início e, paradoxalmente, engendraram-se esforços para o fim do colonialismo. Recorrer ao *Boletim Cultural* abre um caminho de possibilidades para adentrar num universo de registros ainda por revelar e, provavelmente, para deslindar uma riqueza cultural praticamente desconhecida. Apesar de ser uma fonte indireta, onde articulistas, majoritariamente representantes da cultura do colonizador, intermedeiam e descrevem espaços e modos de vida que lhe são alheios, este *corpus documental*, totalmente disponível para pesquisas à distância, oferece oportunidades a várias áreas do conhecimento.

## NOTAS

---

\* Mestre em história social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.  
E-mail: cristinaleister@hotmail.com.

<sup>1</sup> *Ibid*, p.525.

<sup>2</sup> A política externa brasileira em relação às colônias portuguesas em África caracterizou-se por avanços e recuos. Até o governo Médici (1969-1974) o apoio a Portugal, principalmente junto à ONU, era mantido mesmo após as denúncias de arbitrariedades cometidas pelo colonialismo lusitano. Havia, também, a parceria comercial com a África do Sul em tempos de *apartheid* o que tornava mais difícil uma aproximação, não obstante os interesses comerciais de ambos os lados do Atlântico. Segundo Svartman (2006, p.16), “o rápido reconhecimento da independência das ex-colônias portuguesas neutralizou as críticas ao lusitanismo da política externa brasileira”.

<sup>3</sup> Sobre o trabalho de Paulo Freire na Guiné-Bissau ver: FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

<sup>4</sup> O primeiro presidente da República da Guiné-Bissau foi Luís Cabral, irmão do líder revolucionário Amílcar Cabral, que foi assassinado na Guiné (Guiné-Conacri) em 1973, poucos meses antes da independência da Guiné.

<sup>5</sup> Rogério Andrade Barbosa trabalha na área de literatura afro-brasileira e publicou mais de 70 livros sobre o tema. Sobre seu trabalho e publicações ver: <http://www.rogerioandradebarbosa.com/apresentacao.asp>.

<sup>6</sup> A *Série Antropológica* é uma divulgação de responsabilidade do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília e reúne diversos artigos, que estão disponíveis na página: <http://www.dan.unb.br/br/serie-antropologica>.

<sup>7</sup> SILVA, Dilma de Melo. *Por entre as Dórcades Encantadas: Os Bijagó da Guiné-Bissau*. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

<sup>8</sup> Moema Parente Augel é doutora em Literaturas Africanas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi radicada na Alemanha, onde lecionou Português e Cultura Brasileira. Dedicou-se à literatura afro-brasileira e à literatura guineense.

<sup>9</sup> AUGEL, Moema P. *O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

<sup>10</sup> *Ibid*, p.22.

<sup>11</sup> HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph. (Coord.). *História Geral da África*. v.1. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982, p.212.

<sup>12</sup> ALMADA, André Álvares. *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde: desde o Rio Sanagá até os Baixos de Sant’Anna*. Porto: Typographia Commercial Portuense, 1841.

<sup>13</sup> BARCELOS, Christiano José de Senna. *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1899.

<sup>14</sup> BARRETO, João. *História da Guiné- 1418-1918*. Lisboa: edição do autor, 1938.

<sup>15</sup> MOTA, Avelino Teixeira da. *Guiné Portuguesa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954.

---

<sup>16</sup> PÉLISSIER, René. *História da Guiné*. portugueses e africanos na Senegâmbia 1841 -1936. Lisboa: Estampa, 2001, v.1; 1997, v.2.

<sup>17</sup> O portal do *Projeto Memória de África e do Oriente* está disponível através do endereço <http://memoria-africa.ua.pt/introduction/tabid/83/language/pt-PT/Default.aspx>.

<sup>18</sup> A *Fundação Portugal-África* é uma organização não governamental de desenvolvimento, criada em 1995 na cidade do Porto. Tem por finalidade “contribuir para a realização e incremento de acções de carácter cultural e educacional a desenvolver em Portugal e em África, designadamente junto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os países africanos, numa perspectiva de progresso e de projecção para o futuro”. Cf. <http://www.fportugalafrica.pt/>

<sup>19</sup> O Instituto Francês da África Negra (IFAN) foi criado em 1938 e publicou, de 1947 a 1956, a revista *Études Guinéennes* (sucediada pela *Recherches Africaines*). Através dela foram divulgados os resultados de pesquisas sobre ciência física, etnologia, economia e cultura da África ocidental francesa. Patrocinado pelo governo da Guiné Francesa, foi dirigido por Georges Balandier e Theodore Monod, entre outros.

<sup>20</sup> VALENTIM, Carlos Manuel. *O Trabalho de uma vida*. Bibliografia de Avelino Teixeira da Mota (1920-1982). Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2007, p.33.

<sup>21</sup> O cipaio (sipaio, sipai ou sipal) era uma espécie de polícia e tropa auxiliar que obedecia às ordens de um seu superior europeu. É um termo que deriva do Persa, *sipabi*. Crê-se que foi uma categoria militar criada pelos ingleses na Índia, que podia ter um subchefe não europeu. Na Guiné, auxiliavam a administração colonial, mas, além disso, era a mão repressora utilizada pelas autoridades.

<sup>22</sup> ÁLVARO, Egídio. O calor, o abandono e um olhar meigo. Bissau, *BCGP*, v.19, n.73, 1964, p.64.

<sup>23</sup> *Ibid.* p.67-8.

<sup>24</sup> Tabanca refere-se à cidade, vila ou aglomerado de pessoas, bem como à fruição de tradições comuns a grupos culturais.

<sup>25</sup> Como são chamadas as moças solteiras.

<sup>26</sup> ÁLVARO, Egídio. No Escuro da Noite. Bissau, *BCGP*, n.74, 1964, p.142-3.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p.145.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 145.

Data de envio: 27/02/2012

Data do aceite: 16/05/2012